

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO (Um formulário por indicado)
DADOS GERAIS
Nome:
CPF:
Endereço:
Cidade:
CEP:
Telefone:
E-mail:
ÁREA DE ATUAÇÃO
<input type="checkbox"/> Literatura <input type="checkbox"/> Autores <input type="checkbox"/> Editoras <input type="checkbox"/> Biblioteca Pública <input type="checkbox"/> Acessibilidade
DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
<input type="checkbox"/> Currículo ou portfólio do representante indicado;
<input type="checkbox"/> Cópia(s) do(s) documento(s) legal(is) de identificação;
<input type="checkbox"/> Documentos que comprovem atuação, por pelo menos 2 (dois) anos, na área de interesse; e
<input type="checkbox"/> Documentos que comprovem a regularidade nas prestações de contas, no caso de haver projetos no âmbito dos Ministérios do Turismo e da Educação, tanto como pessoa física quanto pessoa jurídica da qual o representante indicado é sócio e/ou administrador.
DECLARAÇÕES
<input type="checkbox"/> Declaro ter compreensão dos aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos da área de atuação;
<input type="checkbox"/> Declaro ter experiência e atuação na área para a qual fui indicado, com vistas a

desempenhar as competências legais atribuídas ao Conselho Diretivo do PNLL, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 7.559/2011, a saber:

- I - estabelecer metas, ações e estratégias para a elaboração e a execução do PNLL;
- II - definir o modelo de gestão e o processo de revisão periódica do PNLL, observada a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, e a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018;
- III - elaborar o calendário anual de atividades e eventos do PNLL;
- IV - elaborar o regimento interno do PNLL e de suas instâncias, que será aprovado pelos Ministros de Estado da Cidadania e da Educação; e
- V - formar comissão especial com o objetivo de organizar a realização do Prêmio Viva Leitura, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.696, de 2018.

Declaro não incorrer em situação que possa suscitar conflito de interesse, nos termos da lei nº 12.813/2013 e demais dispositivos jurídicos.

Declaro estar em situação regular nos Ministérios do Turismo e da Educação.

Declaro que as informações prestadas e documentações apresentadas estão em conformidade com os termos do Edital, são verdadeiras e de minha total responsabilidade, sob pena de configurar o crime previsto no artigo 299 do Código Penal.

ASSINATURA DO INDICADO